



Intervenção

Defesa do Mundo Rural

Prezadas e Prezados Delegados e Convidados ao IX Congresso da CNA.

Defender o Mundo Rural Português

Passa muito pela defesa e promoção da Agricultura Familiar!

Temos dito e aqui se reafirma que sem muitos milhares de Agricultores a trabalhar e a comercializar os seus bons produtos; sem muitos e muitos milhares de explorações agrícolas a produzir e a ocuparem mais harmoniosamente os territórios; não há Mundo Rural. E que com a ruína da Agricultura Familiar – ligada ou não à Floresta – outros sectores socioeconómicos sediados ou ligados ao Mundo Rural também desaparecem e assim acelera a desertificação humana e ambiental em vastas regiões do nosso País. Aliás, consideramos mesmo que é indispensável defender e promover a Agricultura Familiar nas regiões onde a Agricultura não é a actividade mais relevante do ponto de vista estritamente económico.

Infelizmente, a experiência transcorrida nas últimas décadas com a ruína da Agricultura Familiar, designadamente desde a entrada da PAC Política Agrícola Comum na Agricultura Portuguesa, prova isto mesmo o que também acontece noutros países sobretudo no Sul da Europa.

No difícil contexto em que vivemos, podemos até afirmar que o objectivo final para o qual devem convergir todas as políticas públicas – do Governo Central às Autarquias - é o de repovoar as vastas regiões do interior rural que, quase dramaticamente, não cessam de se despovoar. Ora, para que tal objectivo mais comum aconteça, é absolutamente indispensável dar melhores condições de trabalho e de vida às Populações Rurais, a começar pelos jovens e pelos agricultores.

O projecto de “Resolução” deste nosso IX Congresso da CNA apura com detalhe e sabedoria um vasto acervo de propostas e reclamações que, se tidas na devida conta pelos Governantes, podem contribuir decisivamente para inverter a situação e recuperar das nefastas consequências de que aliás muito e muito se fala oficialmente, porém enquanto essas mesmas más consequências não cessam de se agravar...

Entretanto, e apenas como maus exemplos a corrigir e que para isso devem impulsionar a nossa luta, dizer que na definição das Ajudas ditas “de crise” – seca – incêndios – aumento dos custos de produção - os mais de 30 mil Agricultores enquadrados no Regime da Pequena Agricultura, RPA, ficaram sem ter acesso a tais Ajudas e na nova/velha PAC é-lhes aplicada uma “modulação”, mas “ao contrário”, tão injusta como forreta, na Ajuda ao RPA.... Nesta nova/velha PAC os proporcionalmente maiores cortes nas ajudas recaem sobre quem mais precisa, enquanto os maiores proprietários, a grande agro-indústria o grande agro-negócio continuam cheios de privilégios designadamente financeiros.

Nas Ajudas ditas “de crise”, os criadores de Abelhas – os Apicultores - também são ignorados o que é mais do que injusto até porque sem Abelhas não há polinização, e sem polinização não há vida. Noutro plano, o Governo não quer providenciar forma de pagamento pelos prejuízos causados à Agricultura Familiar por Javalis e outros animais selvagens.

E que dizermos da falta de reflorestação de várias centenas de milhar de hectares ardidos em sucessivos Incêndios Florestais/ Rurais? Não há árvores...não há frescura nem humidade...não há água...é o deserto como bem o sentimos a avançar também já na Região do Interior Centro... Sim, a água também “se planta” e, por isso, plantar árvores – reflorestar – é tarefa fundamental, mas que não arranca no terreno! E como exemplo mais notório de uma muito condenável incúria governamental registre-se o estado que quase abandono em que se mantém o (ex....) Pinhal de Leiria com os seus mais de 11 000 hectares de terreno público por reflorestar após os incêndios devastadores de 2017. É já uma vergonha nacional!

Um outro processo que também é necessário travar e inverter é o que comporta ataques oficiais, mais ou menos disfarçados, ao direito de propriedade dos pequenos e médios proprietários e, nestes, aos pequenos e médios produtores florestais.

Os pretextos são vários e vão desde a culpabilização pelos Incêndios Florestais até ao alegado abandono das parcelas rústicas. O objectivo último desta engrenagem é a concentração da propriedade – concentração da terra - em grandes empresas e em grandes proprietários. Porém, isso não vai contribuir, e antes pelo contrário, para repovoar as vastas regiões do minifúndio e quem duvidar que analise o que, em termos demográficos, se passou e passa nas regiões da grande propriedade, do latifúndio.

E permanecem ameaçadoramente pendentes sobre o nosso Mundo Rural, os grandes projectos de minerações – sobretudo de Lítio – debaixo da lógica dos interesses de duas ou três multinacionais de sector e de outras grandes empresas.

E enquanto satisfação de um direito constitucional para a melhoria das condições de vida no Mundo Rural, há a candente questão dos Serviços Públicos acessíveis e de qualidade como, entre outros, o Serviço Nacional de Saúde, a Educação, os Transportes, os Apoios à Mulher Agricultora e Rural e às Famílias.

Para finalizar, volto a referir o projecto de “Resolução” deste 9º Congresso e, no caso, a ênfase colocada na melhoria dos Preços à Produção e na redução dos custos especulativos do gasóleo agrícola, da energia eléctrica, da maquinaria, da alimentação animal, dos tratamentos às Culturas sazonais e permanentes.

São propostas e reclamações da CNA e Filiadas a convergir para a melhoria dos rendimentos desde logo da Agricultura Familiar e mesmo de outro tipo de Agricultura mais empresarial, também esta necessária à Soberania Alimentar do nosso País.

É também neste contexto, e com idêntico objectivo, que se reclama a concretização do Estatuto da Agricultura Familiar!

Sim, é necessário manter vivo e vivificante o nosso Mundo Rural!

Viva o 9º Congresso da CNA

Viva a CNA e suas Filiadas!

Viva os Agricultores!

Viva o Mundo Rural!

6 de Novembro, Viseu

João Dinis, Executivo da CNA